

ESMESC

**PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA NO ÂMBITO
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL 036 /2022 -TJSC

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

TIPO 1

BOA PROVA!

Florianópolis, 2023.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca das garantias e limitações do Poder Judiciário, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ao contrário dos magistrados que uma vez vitaliciados só perdem o cargo por sentença judicial transitada em julgado, os servidores públicos são estáveis, ou seja, podem perder o cargo não só por decisão judicial como também por processo administrativo e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- b) A regra da inamovibilidade não é absoluta, pois o magistrado poderá ser removido por interesse público, fundando-se tal decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- c) Um advogado ou membro do Ministério Público que integre a carreira da Magistratura, através da regra do quinto constitucional ou o cidadão que preencha os requisitos constitucionais para ser escolhido e nomeado Ministro do STF, no exato momento da posse adquirirão a vitaliciedade, não tendo de passar por qualquer estágio probatório.
- d) O Conselho Nacional de Justiça, órgão de natureza exclusivamente administrativa, compete examinar questão da eventual invalidade de concurso público para provimento do cargo de juiz de direito substituto, que determinaria a perda dos cargos dos juízes com vitaliciedade.
- e) Aos juízes impõem-se vedações específicas, dentre as quais o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por exoneração ou aposentadoria.

2) Com base na doutrina da classificação das normas constitucionais de José Afonso da Silva, assinale a opção CORRETA a respeito das normas constitucionais de eficácia plena, normas constitucionais de eficácia contida e as normas constitucionais de eficácia limitada.

- a) As normas de eficácia limitada não necessitam de uma normatividade posterior para desenvolver a sua aplicabilidade plena.
- b) As normas de eficácia contida necessitam de uma normatividade posterior para desenvolver a sua aplicabilidade.
- c) As normas de eficácia limitada regulam suficientemente determinada matéria, havendo margem apenas para a atuação restritiva por meio de legislação infraconstitucional.
- d) As normas de eficácia plena, embora dependam de legislação suplementar para ter eficácia máxima, não admitem margem para a atuação restritiva por meio de legislação infraconstitucional.
- e) As normas de eficácia contida regulam suficientemente determinada matéria, havendo previsão constitucional para uma margem de atuação restritiva por meio do legislador infraconstitucional.

3. Sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência: o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- b) Ocorrendo a vacância definitiva dos cargos de Presidente e Vice-presidente da República nos últimos dois anos do mandato presidencial, far-se-á eleição direta 90 dias depois de aberta a última vaga.
- c) Os atos de clemência constitucional são discricionários e privativos do Chefe do Poder Executivo, contudo não constituem atos imunes ao absoluto respeito à Constituição Federal sendo, excepcionalmente, passíveis de controle jurisdicional, cabendo ao Poder Judiciário, realizar o juízo de verificação de exatidão do exercício da conveniência e oportunidade perante a constitucionalidade do ato presidencial.
- d) Salvo em situações de relevância e urgência (medidas provisórias), o Presidente da República não pode estabelecer normas gerais criadoras de direitos ou obrigações, por ser função do Poder Legislativo.
- e) Em relação ao poder regulamentar do Presidente da República, a Constituição Federal, prevê que lhe compete, privativamente, expedir decretos e regulamentos para fiel execução da lei.

4. Acerca das responsabilidades e prerrogativas do Presidente da República, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Presidente da República possui imunidades formais em relação ao processo, pois somente poderá ser processado, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, que necessitará do voto de 2/3 de seus membros para autorizar o processo.
- b) **A Constituição Federal prevê para o Presidente da República prerrogativa de foro, de modo que somente o Supremo Tribunal Federal poderá processá-lo e julgá-lo por crimes comuns e de crimes de responsabilidade.**
- c) Na hipótese de condenação por crime de responsabilidade do Presidente da República, a Constituição prevê a aplicação de duas sanções autônomas e cumulativas: a perda do cargo e inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- d) Somente o cidadão no gozo de seus direitos políticos é parte legítima para oferecer a acusação da prática de crime de responsabilidade cometido pelo Presidente e o Vice-Presidente à Câmara dos Deputados.
- e) Obrigatoriamente o Presidente da República deverá solicitar autorização da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para decretar o Estado de sítio.

05) Sobre o poder legislativo é CORRETO afirmar:

- a) A imunidade material do parlamentar protege as palavras, opiniões e votos apenas em relação a qualquer fala do parlamentar realizada da tribuna da casa legislativa.
- b) As CPIs são consideradas como um direito da minoria e seus poderes permitem que sejam convocadas testemunhas para depor, que seja quebrado o sigilo telefônico e a realização de escutas telefônicas.
- c) **As comissões, em razão da matéria, podem votar projetos de lei que dispensarem, na forma do regimento, a competência do plenário.**
- d) As leis delegadas, as resoluções e os decretos legislativos necessitam de sanção presidencial.
- e) Os projetos de lei de iniciativa do presidente da república terão sua votação iniciada no Senado Federal.

6. A Constituição Federal prevê a aplicação de duas medidas excepcionais para restauração da ordem em momentos de anormalidade. Sobre a decretação de Estado de defesa e Estado de sítio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Estado de sítio corresponde à suspensão temporária e localizada de garantias constitucionais, apresentando maior gravidade do que o Estado de defesa e obrigatoriamente o Presidente da República deverá solicitar autorização da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para decretá-lo.
- b) O Estado de defesa é uma modalidade mais branda de estado de sítio e corresponde às antigas medidas de emergência do direito constitucional anterior e não exige para sua decretação, por parte do Presidente da República, autorização do Congresso Nacional.
- c) O Poder Judiciário poderá reprimir eventuais abusos e ilegalidades cometidas durante a execução das medidas do Estado de Defesa ou de Sítio, inclusive por meio de mandado de segurança e habeas corpus.
- d) **Decretado o Estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de 24 horas, submeterá o ato com a respectiva justificativa ao Senado Federal, que aprovará a decretação por maioria relativa, editando a respectiva resolução.**
- e) Durante a vigência de Estado de Defesa e de Sítio, o Congresso Nacional fica impedido de modificar a Constituição por meio de proposta de emenda constitucional.

7. Sobre direitos humanos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) **São direitos de primeira dimensão aqueles surgidos com o Estado Liberal e que englobam os chamados direitos individuais, complementados por um leque de liberdades e pelos direitos de participação política.**
- b) Os direitos de segunda dimensão são aqueles que se caracterizam pela sua titularidade difusa, como o direito ao meio ambiente equilibrado, o direito ao desenvolvimento e à paz.
- c) São direitos de terceira dimensão os direitos sociais e econômicos, que visam a oferecer os meios materiais imprescindíveis à efetivação dos direitos individuais.

ESMESC

- d) A expressão direitos humanos compreende os direitos reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional e por direitos fundamentais entende-se os direitos da pessoa humana reconhecidos pela ordem jurídica internacional e com pretensão de validade universal.
- e) O princípio da igualdade opera como direito de defesa, proibindo as medidas de discriminação positiva e negativa.

8. Acerca do direito ao meio ambiente equilibrado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição Federal de 1988 impôs ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, promovendo a sadia qualidade de vida.
- b) O cidadão é simultaneamente credor e devedor da tutela ambiental, devendo colaborar ativamente com os poderes públicos na preservação de um conjunto de bens essencial para a sobrevivência e desenvolvimento equilibrado dos membros da comunidade.
- c) Os chamados direitos de solidariedade encontram-se atrelados à ideia de direitos-deveres, destacando-se o direito e dever de proteção e promoção do ambiente sadio e equilibrado.
- d) De acordo com o STF, o direito ao pedido de reparação de danos ambientais está protegido pelo manto da imprescritibilidade, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial à afirmação dos povos, independentemente de não estar expresso em texto legal.
- e) A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, admitindo causas excludentes da responsabilidade, como por exemplo caso fortuito e força maior, afastando a obrigação de indenizar.

9. Sobre o poder judiciário é CORRETO afirmar:

- a) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- b) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria relativa de seus membros.
- c) A promoção por merecimento pressupõe cinco anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
- d) O Conselho Nacional de Justiça não é considerado órgão do poder judiciário.
- e) A atividade jurisdicional será ininterrupta, exceto quando da previsão de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau.

10) Em relação ao projeto de lei ordinária ou complementar rejeitado é CORRETO afirmar:

- a) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria relativa dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- c) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente não poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa.
- e) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta três quintos dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

ESMESC

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O concurso público é obrigatório como condição para o ingresso na atividade notarial e de registro, em que pese existir direito adquirido à efetivação na titularidade de cartório quando o ingresso se deu anteriormente à CF/88 e a vacância posteriormente.
- b) A responsabilidade civil do tabelião e registrador oficial por danos causados no exercício da função é direta (primária) e subjetiva.
- c) Por exercerem um feixe de competências estatais, os titulares de serventias extrajudiciais qualificam-se como agentes públicos.
- d) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliões e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- e) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

2. Poder de polícia consiste em poder/dever da Administração Pública para restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Sobre o poder de polícia, é CORRETO dizer:

- a) A teoria do ciclo de polícia consiste em dividir o modo de atuação estatal, consistindo a fase de consentimento de polícia o preceito legal básico que serve de referência específica de validade e satisfaz a reserva constitucional.
- b) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam necessariamente do poder de coerção do Poder Público e, portanto, são indelegáveis.
- c) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente privado que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- d) A coercibilidade é um dos atributos do poder de polícia caracterizado pela aptidão que o ato de polícia possui de criar unilateralmente uma obrigação a ser adimplida pelo seu destinatário.
- e) É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, salvo para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

3. Brenno José, titular do Tabelionato de Notas da cidade de Mafalda/SC, recebeu no ano de 2012 vantagem econômica a título de comissão para lavrar escritura pública com dados inverídicos. Ciente da conduta, o Ministério Público ajuizou ação civil pública de improbidade administrativa em 2016, ao argumento que a conduta configurou-se em ato que importou em enriquecimento ilícito. Pediu, ao final, a perda dos valores acrescidos ilícitamente, a perda da função pública e o pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente. Os autos foram conclusos para sentença em 2023. A pretensão ministerial será:

- a) Declarada extinta em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal na modalidade intercorrente.
- b) Julgada procedente, desde que comprovado o elemento subjetivo dolo ou culpa.

ESMESC

c) Julgada procedente, apenas se comprovado o elemento subjetivo dolo, sendo lícita a cumulação de todas as sanções na forma em que pleiteadas na inicial.

d) Julgada procedente, apenas se comprovado o elemento subjetivo dolo, sendo o parâmetro para aplicação da sanção de multa civil o equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.

e) Julgada improcedente, uma vez que a atividade de notários e registradores não está abrangida pela Lei de Improbidade Administrativa.

4. Considerando o Estatuto da Cidade, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Manejo sustentável consiste na administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

b) Área de Preservação Permanente consiste em área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

c) Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

d) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

e) O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender, dentre outras diretrizes, a manutenção da diversidade das espécies.

5. A Administração Pública organiza-se internamente de modo a conferir maior eficiência na prestação da atividade administrativa. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Órgão público consiste em um núcleo de competências estatais sem personalidade jurídica própria, sendo permitido, contudo, a alguns deles demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

b) A natureza especial conferida às agências reguladoras é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

c) As fundações públicas de direito privado não fazem jus à isenção das custas processuais.

d) Os membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada de agências reguladoras ficam impedidos de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 6 (seis) meses, contados da exoneração ou do término de seu mandato, vedada a remuneração compensatória.

e) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo poder público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

6. Assinale a alternativa INCORRETA considerando o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

a) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

ESMESC

- b) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- c) É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitadas o contraditório e a ampla defesa.
- d) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.
- e) Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei nº 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, suspendendo-se com o primeiro ato de instauração válido - sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar - e voltam a fluir após decorridos 140 dias desde a suspensão.

7. Considerando a nova Lei de Licitações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se modalidade de licitação o maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, que considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
- b) Contrato de eficiência consiste em pacto cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada, cujo prazo de duração será de até 10 anos, com ou sem investimento.
- c) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: disputa final; avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes; desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade; desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- d) Concorrência consiste em modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- e) O diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 5 (cinco) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, vedada a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

8. É hipótese de inexigibilidade de licitação:

- a) contratação de bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- b) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.
- c) contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia.
- d) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- e) nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

ESMESC

9. Considerando o regime jurídico de concessão e permissão de prestação de serviço público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É vedada a previsão de emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato de concessão, considerando a indisponibilidade do interesse público.
- b) É admitida a subconcessão do contrato, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente e precedida de licitação na modalidade concorrência.
- c) A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária, com anuência do poder concedente, prescinde de realização de licitação.
- d) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato.
- e) É vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico constituída para fins de celebração do contrato de parceria público-privada.

10. Assinale a alternativa INCORRETA considerando o entendimento dos Tribunais Superiores a respeito da responsabilidade civil do Estado: **ANULADA**

a) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.

b) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

c) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

e) É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

DIREITO CIVIL

1. Na desconsideração, o Poder Judiciário despreza, no caso concreto, a personalidade autônoma de uma pessoa jurídica a fim de impedir práticas ilícitas ou abusivas. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

- a) Apenas a parte interessada possui legitimidade para requerer a medida.
- b) O incidente poderá ser instaurado apenas em sede de recurso.
- c) A desconsideração da pessoa jurídica, uma vez autorizada pelo Poder Judiciário, afasta dos bens dos sócios a responsabilidade pelas dívidas assumidas em nome da sociedade.

ESMESC

d) O encerramento das atividades ou dissolução irregular da sociedade é causa, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do Código Civil.

e) É possível a própria pessoa jurídica requerê-la, em seu favor, com vistas a obter a responsabilização pessoal de um de seus sócios que, eventualmente, tenha abusado de sua condição, causando prejuízo à própria empresa.

2. Antônio é prestador de serviços e assumiu obrigação de realizar a pintura do apartamento do Sr. Farias no dia 01 de fevereiro de 2023. No entanto, Antônio não cumpriu a obrigação avençada no tempo, modo e forma devidamente convencionados, pelo fato de ter assumido mais compromissos do que poderia realizar no período.

Diante do exposto, é CORRETO afirmar:

a) A obrigação assumida por Antônio é personalíssima e apenas por ele pode ser realizada.

b) É possível ao Sr. Farias contratar outra empresa para realização da tarefa e posteriormente buscar o ressarcimento das despesas havidas pelo inadimplemento de Antônio.

c) É possível ao Sr. Farias contratar outra empresa para realização da tarefa e posteriormente buscar o ressarcimento das despesas havidas pelo inadimplemento de Antônio, desde que haja anuência prévia deste.

d) É possível ao Sr. Farias contratar outra empresa para realização da tarefa e posteriormente buscar o ressarcimento das despesas havidas pelo inadimplemento de Antônio, desde que haja autorização do Poder Judiciário.

e) A obrigação assumida por Antônio é infungível, mas admite a lei seja realizada por terceiro, a escolha do devedor.

3. Sobre o instituto da servidão, é CORRETO afirmar:

a) Salvo na compra e venda, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

b) Quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante.

c) O dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão, desde que devidamente justificado.

d) Se o proprietário do prédio dominante se recusar a receber a propriedade do serviente, ou parte dela, caber-lhe-á custear as obras apenas no caso de má-fé.

e) Ainda que o prédio dominante esteja hipotecado e a servidão se mencionar no título hipotecário, é dispensável o consentimento do credor para cancelá-la.

4. No que concerne a responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Ao juiz não é facultado, em nenhuma hipótese, o uso da equidade para fixação do *quantum* indenizatório.

b) De acordo com o STJ, o prazo para a propositura da ação de reparação civil por abandono afetivo é de 03 anos, a contar do conhecimento do fato.

c) O dono ou detentor do animal, em qualquer hipótese, ressarcirá sempre o dano por este causado.

d) À vítima sempre receberá reparação integral do dano sofrido, nos casos de responsabilização de incapaz.

e) Segundo entendimento do STJ, a fixação do valor devido à título de indenização por danos morais deve considerar o método bifásico, que conjuga os critérios da valorização das circunstâncias do caso e do interesse jurídico lesado, e minimiza eventual arbitrariedade ao se adotar critérios unicamente subjetivos do julgador, além de afastar eventual tarifação do dano.

5. Sobre o instituto da gestão de negócios, assinale a alternativa CORRETA:

a) De acordo com o STJ, equipara-se à gestão de negócios a prestação de alimentos feita por outrem na ausência do alimentante. Assim, a pretensão creditícia ao reembolso exercitada por terceiro é de direito comum e não de direito de família.

b) Nas despesas do enterro, proporcionadas aos usos locais e à condição do falecido, feitas por terceiro, podem ser cobradas da pessoa que teria a obrigação de alimentar a que veio a falecer, apenas se esta tenha deixado bens.

ESMESC

- c) Quando alguém, na ausência do indivíduo obrigado a alimentos, por ele os prestar a quem se devem, poder-lhes-á reaver do devedor a importância, desde que este ratifique o ato.
- d) Havendo mais de um gestor, divisível será a sua responsabilidade.
- e) O gestor envidará toda sua diligência habitual na administração do negócio, ressarcindo ao dono o prejuízo independentemente de culpa na gestão.

6. Sobre o instituto da ausência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles apenas mediante penhores equivalentes aos quinhões respectivos.
- b) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz ou o Ministério Público, para lhes evitar a ruína.
- c) Se o ausente aparecer, ou se lhe provar a existência, depois de estabelecida a posse provisória, cessarão para logo as vantagens dos sucessores nela imitidos, ficando desobrigados a tomar as medidas assecuratórias precisas, até a entrega dos bens a seu dono.
- d) Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta oitenta e cinco anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.
- e) **O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.**

7. Sobre o direito de construir, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de dois metros do terreno vizinho.
- b) Na zona rural, é permitido levantar edificações, ainda que a menos de três metros do terreno vizinho.
- c) **Todo aquele que violar as proibições estabelecidas nas regras do direito de construir é obrigado a demolir as construções feitas, respondendo por perdas e danos.**
- d) Nas cidades, vilas e povoados cuja edificação estiver adstrita a alinhamento, o dono de um terreno pode nele edificar, madeirando na parede divisória do prédio contíguo, se ela suportar a nova construção, afastando-se qualquer tipo de reembolso ao vizinho.
- e) O proprietário pode, no lapso de três anos após a conclusão da obra, exigir que se desfaça janela, sacada, terraço ou goteira sobre o seu prédio; escoado o prazo, não poderá, por sua vez, edificar sem atender ao disposto no artigo antecedente, nem impedir, ou dificultar, o escoamento das águas da goteira, com prejuízo para o prédio vizinho.

8. Alfredo, 40 anos, casado pelo regime da comunhão universal de bens com Maria, com quem tem dois filhos menores púberes, passou a apresentar sintomas de demência precoce muito rapidamente, razão qual foi preciso interditar-lo, tendo sido nomeada sua esposa como curadora. Nesse caso, é CORRETO afirmar:

- a) Alfredo apenas está impedido de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.
- b) A autoridade de Maria estende-se tão somente à pessoa de Alfredo e de seus bens.
- c) Nos casos de morte, ausência, ou interdição de Maria, as contas serão prestadas exclusivamente por seus herdeiros.
- d) Em caso de ato ilícito praticado por Alfredo, que cause dano a terceiro, a responsabilidade civil de Maria será objetiva, mas de forma subsidiária e mitigada.
- e) **Maria não será obrigada a realizar prestação de contas, salvo determinação judicial.**

9. Paulo conviveu em união estável com Marcela por dez anos. Paulo faleceu no início de fevereiro deste ano, deixando um imóvel que foi recebido de herança de seus pais, já falecidos e bens adquiridos na constância da união com Marcela no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Paulo possui a avó materna viva e, Marcela, seus pais. Nesse caso, é CORRETO afirmar:

- a) Marcela possui direito real de habitação até completar 60 (sessenta anos) anos de idade.

ESMESC

- b) São herdeiros de Paulo, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada, Marcela e a avó materna de Paulo, não havendo direito real de habitação para os herdeiros.
- c) Marcela não possui direito real de habitação, pois a avó de Paulo é idosa e possui direito de preferência.
- d) São herdeiros de Paulo na proporção de 1/3 para cada, Marcela, a avó de Paulo e os pais de Marcela, havendo direito real de habitação garantido para a companheira.
- e) São herdeiros de Paulo na proporção de 50% (cinquenta por cento) para Marcela e para a avó materna de Paulo, havendo direito real de habitação sobre o imóvel para a companheira.

10. Sobre sucessão testamentária, é CORRETO afirmar:

- a) Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido uma vez em voz alta, pelo tabelião, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.
- b) Em se tratando de testamento cerrado, se o tabelião tiver escrito o testamento a rogo do testador, poderá, também, aprová-lo.
- c) Em circunstâncias excepcionais declaradas na cédula, o testamento particular de próprio punho e assinado pelo testador, sem testemunhas, poderá ser confirmado, a critério do juiz e do Ministério Público.
- d) O testamento cerrado deve ser escrito em língua nacional, pelo próprio testador, ou por outrem, a seu rogo.
- e) Caducará o testamento marítimo, ou aeronáutico, se o testador não morrer na viagem, nem nos sessenta dias subsequentes ao seu desembarque em terra, onde possa fazer, na forma ordinária, outro testamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Fulano e Cia. Ltda., personalidade jurídica de direito privado, é locatária de um imóvel urbano o qual utiliza para o exercício da sua atividade empresarial. A locação iniciou-se há exatos 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses, sendo que o dia de hoje é o terceiro dia do quinto mês. A locatária jamais mudou a sua atividade fim, explorando o mesmo ramo durante todo o período da locação. Embora o prazo da locação seja contínuo, o primeiro contrato foi celebrado pelo prazo determinado de 30 (trinta) meses e o segundo, por igual período. O segundo contrato manteve as mesmas previsões do primeiro. Hoje, o inquilino recebeu uma notificação do locador informando no desinteresse em renovar o contrato após o término do seu prazo, e que, na data, deverá ser devolvido o imóvel. A inquilina pretende permanecer no imóvel após o término do prazo contratual. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Fulano e Cia. Ltda. poderá propor ação revisional da locação, pois preenche os requisitos legais para o seu cabimento.
- b) Fulano e Cia. Ltda. poderá propor ação renovatória da locação, pois preenche os requisitos legais para o seu cabimento.
- c) Fulano e Cia. Ltda. não poderá propor ação renovatória da locação, pois o prazo do contrato em vigor é de apenas 30 meses, inferior ao mínimo legal.
- d) Fulano e Cia. Ltda. não poderá propor ação revisional da locação porque o prazo prescricional para a propositura dessa demanda já escoou.
- e) Fulano e Cia. Ltda. não poderá propor ação renovatória da locação porque o prazo decadencial para a propositura dessa demanda já escoou.

2. Fulano é proprietário de um único bem imóvel; um apartamento residencial. Esse apartamento está locado para terceiros, e Fulano, que reside com seus pais, utiliza a renda obtida com o aluguel para a sua subsistência. Fulano é executado judicialmente e, no processo, é intimado para se manifestar acerca da penhora deste apartamento. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Mesmo locado a terceiros, o apartamento de Fulano é impenhorável por se enquadrar na hipótese de bem de família.
- b) O imóvel não poderá ser considerado bem de família por estar locado a terceiro e não servir de moradia ao executado.

ESMESC

- c) O imóvel não poderá ser considerado bem de família porque o rendimento recebido a título de aluguel não é empregado no aluguel de um imóvel que sirva de residência a Fulano.
- d) O imóvel não poderá ser considerado bem de família porque Fulano é solteiro e, portanto, nunca constituiu uma família.
- e) O imóvel não poderá ser considerado bem de família porque o CPC de 2015 previu como impenhorável somente o imóvel cuja condição de bem de família tenha sido registrada junto à sua matrícula perante o Cartório de Registro de Imóveis (imóveis declarados como impenhoráveis e inalienáveis por seu proprietário).

3. Sobre os princípios que regem o processo civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A jurisdição brasileira tem predominância absoluta perante as causas a ela submetidas, não sendo válidas cláusulas contratuais que a excluam, pois tal configuraria violação aos princípios atrelados à soberania nacional.
- b) O princípio do contraditório é absoluto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a prolação de decisão surpresa.
- c) **A violação reflexa a um princípio constitucional, que demande a revisão de lei federal ou de tratado, não é hipótese de cabimento de recurso extraordinário.**
- d) O princípio da razoável duração do processo implica, ao Poder Judiciário, o necessário julgamento na ordem cronológica de conclusão dos feitos ao magistrado.
- e) O princípio da estabilidade subjetiva da demanda impõe que as partes definidas na petição inicial do processo somente poderão ser alteradas ou ampliadas em casos de litisconsórcio necessário ou intervenção de terceiro na modalidade litisconsorcial.

4. Considerando as modalidades de intervenções de terceiro previstas no CPC, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A desconsideração da personalidade jurídica é modalidade de ação, e não de incidente processual, porque os sócios são citados, e não intimados, para participar do processo.
- b) A oposição é modalidade de intervenção cabível quando alguém pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.
- c) Se o assistido for omissivo ou revel, o assistente litisconsorcial atuará como seu substituto processual.
- d) Nos casos de litisconsórcio necessário, o litisconsorte deverá ser trazido ao processo por meio de intervenção de terceiro, seja ação ou incidente.
- e) **A denunciação da lide constitui modalidade de ação, e não de incidente processual, e, se o denunciante for vencedor, denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.**

5. Fulano é advogado em um processo civil no qual o juízo acaba de proferir a decisão saneadora em audiência destinada a esse fim. O procedimento adotado é o comum. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) **Se Fulano apresentou o rol de testemunhas na própria audiência, deverá intimar as testemunhas e juntar o aviso de recebimento até 3 dias antes da audiência de instrução e julgamento, ou não poderá requerer a intimação pela via cartorária.**
- b) Se Fulano apresentou o rol de testemunhas na própria audiência, deverá intimar as testemunhas e juntar o aviso de recebimento até 3 dias antes da audiência de instrução e julgamento, ou o magistrado deverá dispensar a testemunha em razão da desistência tácita.
- c) Se Fulano apresentou o rol de testemunhas em até 15 (quinze) dias a contar do encerramento da audiência de saneamento, deverá intimar as testemunhas e juntar o aviso de recebimento até 3 dias antes da audiência de instrução e julgamento, ou o magistrado deverá dispensar a testemunha em razão da desistência tácita.
- d) Se Fulano apresentou o rol de testemunhas em até 15 (quinze) dias a contar do encerramento da audiência de saneamento, deverá intimar as testemunhas e juntar o aviso de recebimento até 3 dias antes da audiência de instrução e julgamento, ou não poderá requerer a intimação pela via cartorária.
- e) Fulano deverá juntar o rol de testemunhas até 10 (dez) dias antes da audiência de instrução e julgamento, sob pena de preclusão.

6. Fulano é exequente em um processo judicial. Ao realizar uma pesquisa de bens junto ao DETRAN, descobriu que o executado vendeu o seu veículo para terceiro após a citação válida. O exequente ainda não tentou outros meios executivos, como a penhora eletrônica de ativos ou a busca por bens imóveis, e requereu ao juízo o

ESMESC

reconhecimento de fraude à execução, pois o adquirente do veículo notoriamente sabia da existência do processo, e porque o bem vendido era o único veículo de propriedade do executado. Essa notoriedade é comprovada pela relação de parentesco, já que o adquirente é ex-companheiro do executado, e a união estável fora celebrada por escritura pública. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O juízo não poderá reconhecer a fraude à execução por ausência de elementos que comprovem a má-fé do terceiro adquirente.
- b) Fulano tomou a medida processual errada, pois deveria ter proposto ação pauliana (ou revocatória) em autos apartados ao processo de execução.
- c) O juízo não poderá reconhecer a fraude à execução neste momento processual por ausência de elementos que comprovem a insolvência do executado.**
- d) A fraude à execução está caracterizada, pois a má-fé, nos casos que envolvem parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, é presumida.
- e) A fraude à execução somente poderá ser reconhecida em situações de transmissão de bens a título gratuito, o que não é o caso do enunciado.

7. Fulano recebe a citação decorrente de um mandado monitório, segundo o qual deverá pagar a importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) ou opor embargos. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Fulano poderá, em autos apartados, opor-se à monitória por meio de embargos.
- b) Fulano deverá opor-se à monitória por meio de embargos a fim de evitar a conversão em execução, mesmo que não tenha fundamentos ou elementos para atacar a dívida ou o procedimento adotado, pois a principal função dos embargos é transformar a monitória em ação de conhecimento.
- c) As opções de Fulano são somente pagar a dívida integral dentro do prazo de 15 dias ou opor embargos. O parcelamento da dívida não é opção prevista na lei processual.
- d) Fulano poderá, reconhecendo o crédito no prazo para embargos e mediante o depósito de 30% do valor total cobrado, requerer o parcelamento da dívida em até 6 (seis) prestações mensais, acrescidos de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.**
- e) O mandado monitório não pode ser acompanhado de citação e, no caso em tela, será nulo.

8. Sobre os poderes e deveres do relator no tribunal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Poderá julgar, monocraticamente e em caráter definitivo, o mérito recursal, se houver súmula sobre o tema, proferidas pelo STJ, STF ou pelo próprio tribunal, precedente decorrente de recursos repetitivos, ou incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência.**
- b) Poderá conceder a tutela antecipada monocraticamente, mas não poderá da mesma forma, julgar o mérito recursal em caráter definitivo.
- c) Poderá julgar, monocraticamente e em caráter definitivo, o mérito recursal, se houver súmula sobre o tema, proferidas exclusivamente pelo STJ ou STF.
- d) Poderá negar liminarmente o prosseguimento a recurso manifestamente inadmissível.
- e) Nenhuma decisão monocrática do relator poderá ser terminativa ou definitiva, pois essas decisões somente são válidas quando proferidas na forma de acórdão.

9. Sobre a competência no processo civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em casos de incompetência absoluta, o juízo deverá sempre remeter os autos do processo ao juízo competente, não sendo-lhe permitido extinguir o processo sem resolução do mérito exclusivamente por este motivo.
- b) A competência para a execução de cédula hipotecária é do foro do lugar do imóvel, em caráter absoluto.
- c) Não pode suscitar conflito de competência a parte que, no processo, arguiu incompetência relativa.**
- d) Se os divorciandos forem genitores de filho incapaz, o foro competente para o processamento do divórcio será o do último domicílio do casal, em caráter relativo.
- e) A competência funcional será sempre relativa.

10. Considerando os deveres das partes e dos procuradores no processo civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Diferentemente da testemunha, que incorre em crime, a parte pode mentir em seu depoimento pessoal perante o juízo sem que isso seja punível.
- b) Se o executado resistir injustificadamente às ordens judiciais, cometerá ato atentatório à dignidade da justiça.**

ESMESC

- c) Os honorários contratuais, celebrados entre a parte vencida e o seu advogado, integram os valores da sucumbência.
- d) Se o executado praticar fraude à execução, cometerá litigância de má-fé.
- e) A concessão do benefício da justiça gratuita isenta o beneficiário das custas processuais e dos honorários de sucumbência.

DIREITO PENAL

1. Sobre os princípios penais de garantia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da insignificância exclui a conduta.
- b) O princípio da intervenção mínima privilegia formas de controle social extrapenais.
- c) O princípio da culpabilidade admite somente a culpa como forma de imputação.
- d) O princípio da legalidade admite Medida Provisória como apta a criminalizar condutas, pois pode ser convertida em lei.
- e) O princípio da individualização da pena estabelece uma pena padrão para delitos hediondos.

2. Aquele que se vale de pessoa inimputável para prática da ação delituosa deve ser considerado responsável pelo evento na condição de:

- a) coautor
- b) partícipe
- c) autor mediato
- d) cúmplice
- e) executor

3. Com relação aos delitos contra a dignidade sexual, analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA:

I. Em regra, os crimes contra a liberdade sexual são julgados mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima.

II. O estupro coletivo, causa de aumento de pena, é aplicável nos casos em que o estupro for praticado por, no mínimo, 3 agentes.

III. O delito de importunação sexual apresenta-se como figura típica subsidiária e se configura como infração penal de menor potencial ofensivo.

IV. O delito de assédio sexual se caracteriza como delito formal, logo se consuma no momento em que é realizado o constrangimento à vítima, independentemente da obtenção da vantagem ou favorecimento sexual.

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV
- c) I, II e III.
- d) Somente as assertivas II e IV.
- e) Somente a assertiva IV.

4. Com relação ao cálculo da pena, marque a assertiva CORRETA:

- a) Havendo duas condenações anteriores transitadas em julgado, o juiz deverá considerar ambas na segunda fase do cálculo da pena.
- b) A quantidade de aumento que o juiz deverá realizar em razão de uma causa de aumento da pena fica a critério subjetivo dele.
- c) O cálculo da pena é totalmente subjetivo, podendo o juiz aumentar ou diminuir a seu critério, sem a necessidade de observar a proporcionalidade.
- d) Havendo duas circunstâncias qualificadoras, o juiz poderá considerar apenas uma no cálculo da pena.
- e) A menoridade do agente é uma atenuante preponderante.

5. Sobre a norma e a lei penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da retroatividade da lei penal consagra, sem exceções, a aplicação da lei penal posterior mais benéfica.
- b) Quanto à lei penal no tempo o Código Penal brasileiro adotou a teoria da atividade.
- c) Quanto à lei penal no espaço o Código Penal brasileiro adotou a teoria da ubiquidade.

ESMESC

- d) A retroatividade da lei penal mais benéfica não está limitada pela existência de trânsito em julgado de sentença.
e) Quanto à lei penal no espaço, a regra prevista no CP estabelece o princípio da territorialidade temporada.

6. Com relação aos delitos contra a paz pública, analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA:

I. O delito de associação criminosa, caracterizado como delito formal, admite a tentativa nos casos em que, ainda que comprovada a associação com animus de permanência, os agentes sejam presos antes da prática de qualquer infração penal.

II. Na configuração do crime de associação criminosa, conta-se entre os participantes os inimputáveis e desconhecidos.

III. O grupo de milícia privada é composta por organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão e aplica-se a todas as infrações penais, ainda que previstas na legislação penal especial.

IV. Em que pese o fato de o tipo penal não exigir um número mínimo de participantes, tampouco os requisitos da estabilidade e da permanência, a doutrina e a jurisprudência têm sustentado que a quantidade mínima de 3 (três) pessoas, além da estabilidade e da permanência, são requisitos ínsitos ao tipo do artigo 288-A do Código Penal, tal como sucede em relação ao artigo 288 do mesmo diploma legal.

a) I, II e III.

b) II, III e IV.

c) I, II e III.

d) Somente as assertivas II e III.

e) Somente as assertivas II e IV.

7. Assinale a alternativa CORRETA. Dois indivíduos, SEM saber um do outro, colocam-se de tocaia e quando a vítima passa desferem tiros, ao mesmo tempo, matando-a, tendo-se apurado o autor da morte. Pergunta-se: diante do concurso de pessoas está-se diante:

a) de uma autoria mediata

b) de uma coautoria

c) de uma participação

d) de uma autoria colateral

e) de uma coautoria executória

8. Com relação a pena, marque a assertiva CORRETA:

a) A pena privativa de liberdade poderá ser substituída por restritiva de direitos, quando o juiz entender que a medida se mostra adequada.

b) O juiz não poderá converter a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando o condenado for reincidente.

c) Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.

d) A pena de reclusão admite regime inicial semiaberto ou aberto.

e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

9. Com relação aos crimes contra a dignidade sexual, analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA: ANULADA

I. Nos crimes contra a liberdade sexual e nos crimes sexuais contra vulnerável a ação penal procede-se mediante ação penal pública incondicionada.

II. A conduta de divulgar, por qualquer meio de comunicação ou sistema de informática, como por exemplo, facebook, fotografia ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável, configura crime com pena prevista de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, desde que o fato não constitua crime mais grave.

III. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável se caracteriza como delito hediondo.

IV. A vulnerabilidade prevista no art.217-A, CP, possui caráter relativo de modo a ser afastada a tipicidade da conduta, diante da ausência de constrangimento com relação a vítima.

V. A conduta de induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem se configura como uma qualificadora do delito de estupro de vulnerável.

- b) II, III e IV
- c) I, II e III.
- d) Somente as assertivas II e IV.
- e) Somente as assertivas IV e V.

10. Maria, pessoa humilde e de pouca instrução, emprestou suas contas bancárias à patroa, Rafaela, para que esta pudesse movimentar vultosos valores originários das vendas efetuadas na Loja de Roupas Rafaela's Magazine. Para tanto, Maria outorgou uma procuração a Rafaela, dando-lhe amplos poderes para administrar essas contas. Rafaela convenceu Maria de que a movimentação financeira seria declarada às autoridades competentes, não existindo, portanto, qualquer problema quanto ao empréstimo. Rafaela, porém, não declarou à Receita Federal os valores depositados nas contas de Maria, motivo pelo qual o Ministério Público Federal denunciou ambas por sonegação fiscal, na forma do art. 29 do Código Penal. No tocante ao concurso de pessoas, o que o advogado de Maria arguiria em sua defesa?

- a) Absolvição, por estar provada a inexistência do fato.
- b) Somente absolvição, porquanto a participação de menor importância não é punível pelo Código Penal.
- c) Absolvição, pois não existiu vínculo psicológico entre seu comportamento e a ação desenvolvida por Rafaela, ou seja, Maria não sabia que estava cooperando com a vontade de Rafaela.
- d) Somente mitigação da pena por participação de menor importância.
- e) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Com relação aos princípios constitucionais do processo penal, marque a assertiva CORRETA:

- a) O princípio da presunção de inocência permite o cumprimento da pena antes de condenação transitada em julgado, a critério do juiz da causa.
- b) O princípio da plenitude de defesa deve ser observado em todos os ritos processuais.
- c) O princípio do contraditório assegura a paridade de armas para as partes.
- d) O exercício da autodefesa é obrigatório.
- e) Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

2. Ao Senado Federal, exercendo atividade jurisdicional, compete processar e julgar:

- a) o Presidente da República pelos crimes comum e de responsabilidade.
- b) os Ministros do STF pelos crimes de responsabilidade.
- c) os Ministros de Estado pelos crimes de responsabilidade, desde que não sejam conexos aos crimes do Presidente da República.
- d) o Procurador Geral da República pelos crimes comuns.
- e) Nenhuma das alternativas anterior.

3. O exame de corpo de delito é obrigatório nos seguintes crimes:

- a) homicídio, lesões corporais e desacato.
- b) homicídio, falsificação e calúnia.
- c) homicídio, estupro e lesões corporais.
- d) homicídio, calúnia e estupro.
- e) homicídio, injúria e calúnia.

4. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

- a) não se trate a gestante de reincidente ou portadora de maus antecedentes.
- b) não seja a gestante líder de organização criminoso ou participante de associação criminoso.
- c) não se trate de acusada por crime hediondo ou equiparado.

ESMESC

d) não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa e não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

e) tenha havido prévia reparação do dano e as circunstâncias do fato e a personalidade da gestante indicarem se tratar de medida suficiente à prevenção e reprovação do crime.

5. Paulo é surpreendido pela atuação de agentes policiais que preparam um flagrante em seu desfavor. No caso, resta caracterizado o denominado crime:

a) presumido.

b) putativo.

c) impossível.

d) impertinente.

e) tentado.

6. Em um procedimento criminal ordinário, o Ministério Público arrolou três testemunhas e o réu, na defesa preliminar, arrolou quatro. Ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação, a audiência foi adiada, por falta de intimação das de defesa. Antes da audiência designada em continuação, o Ministério Público requereu a oitava de mais uma testemunha, com o que a defesa não concordou. Nesse caso, a nova testemunha arrolada pelo Ministério Público:

a) só será ouvida se tiver sido inquirida na fase processual e seu depoimento constar do inquérito policial.

b) será obrigatoriamente ouvida, sob pena de cerceamento da atividade da acusação e consequente nulidade.

c) só será ouvida se o juiz considerar necessário, como testemunha do juízo.

d) não será ouvida em nenhuma circunstância, por ter o Ministério Público deixado de arrolá-la no prazo legal.

e) só será ouvida se pessoalmente enviar requerimento nesse sentido dirigido ao juiz do processo.

7. Cícero, cumprindo pena na penitenciária do Distrito Federal, requer, na Vara de Execuções Criminais, livramento condicional. O juiz, ao final, indefere o pedido. Inconformado, Cícero pode interpor:

a) o recurso de agravo;

b) o recurso em sentido estrito;

c) o recurso de apelação;

d) a revisão criminal executória.

e) carta testemunhável.

8. Silvana confessa, perante o juiz de Direito, a prática de crime contra o patrimônio de Yolanda, o que é desmentido pelas testemunhas do fato. Pode o Magistrado condenar Silvana apenas com base em sua confissão judicial?

a) Sim, pois a confissão, no âmbito do Processo Penal, constitui a rainha das provas, possuindo valor pleno.

b) Não, tendo em vista que a confissão, no âmbito do Processo Penal, não se reveste de valor pleno, tendo que ser corroborada por outros elementos de prova.

c) Não, pois considerando-se que o depoimento das testemunhas tem maior valor probante que a confissão.

d) Sim, desde que Silvana confesse o crime espontaneamente.

e) Nenhuma das opções anteriores está correta.

9. No que diz respeito às nulidades do processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

a) As nulidades relativas podem ser decretadas de ofício pelo juiz.

b) As nulidades relativas impedem que o ato seja convalidado.

c) As nulidades relativas podem ser invocadas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

d) Se houver sentença condenatória, as nulidades absolutas não serão acobertadas pela coisa julgada, pois o julgamento poderá ser objeto de revisão criminal ou de habeas corpus.

e) A nulidade absoluta preclui.

10. No processo penal, o recurso de embargos infringentes cabe:

a) quando não for unânime a decisão de segundo grau, desfavorável ao réu;

b) quando não for unânime a decisão de segundo grau;

c) quando, em segundo grau, a decisão, por maioria, reformar a de primeiro grau;

ESMESC

- d) quando, em segundo grau, a decisão desfavorável ao réu, por maioria, reformar a de primeiro grau, que lhe era favorável.
- e) quando a sentença do juiz for condenatória.

2ª ETAPA DIREITO

1. Alberto Roberto opôs embargos de terceiro (demanda de procedimento especial) contra Jucelino Marcelino e Dionei das Neves, partes originárias de demanda de reintegração de posse (autor e réu, respectivamente), ao argumento de que foi intimado pelo Juízo competente para que, em até 15 dias, sob pena de sê-lo à força, entregue a posse do imóvel que ocupa em favor de Jucelino Marcelino, tendo em vista a sentença proferida no feito possessório mencionado e que, já transitada em julgado, acolheu o pedido reintegratório deduzido.

ESMESC

Alegou que adquiriu o imóvel em tela de Dionei das Neves quando o feito possessório estava na fase instrutória, mas não integrou a relação jurídica, motivo pelo qual a sentença proferida não pode lhe atingir, tendo em vista os limites subjetivos da coisa julgada. Com isso, requereu a concessão da liminar prevista no art. 678 do CPC para que seja mantido na posse do bem imóvel até o julgamento do feito.

Observados os termos expostos, responda (em até 200 palavras, no todo, podendo cada indagação ser abordada individualmente ou de forma contextualizada):

- a) Qual a postura do juiz diante dos embargos opostos. Devem ser recebidos? Explique (a mera indicação positiva ou negativa não valerá pontuação alguma), discorrendo sobre os institutos envolvidos.
- b) A par do indagado na alínea “a”, se no caso em tela Alberto Roberto pudesse opor embargos de terceiro, como se dá a contagem para ele do prazo previsto no art. 675 do CPC? Explique (a mera indicação positiva ou negativa não valerá pontuação alguma), discorrendo sobre os institutos envolvidos.

Espelho de prova-RESPOSTA:

a) Atendida a necessária dialética processual, **o juiz não deverá receber os embargos opostos**, rejeitando-os pela ilegitimidade da parte ativa, dita embargante, aplicando ao caso o disposto no art. 109, parágrafo terceiro, do CPC, na medida em que “Estendem-se os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias ao adquirente (...)”. No mesmo norte está a doutrina jurídica (GAJARDONI, Fernando da Fonseca *et al.* *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro, Forense, 2022, p. 180) e a jurisprudência: “Nos termos da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, não é parte legítima para oposição de embargos de terceiro o adquirente de coisa litigiosa, ainda que desconhecido o vício inserido no negócio jurídico” (AgInt no AREsp n. 1.798.583/GO, relator Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 14/3/2022).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ADQUIRENTE DE COISA LITIGIOSA. ILEGITIMIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, não é parte legítima para oposição de embargos de terceiro o adquirente de coisa litigiosa, ainda que desconhecido o vício inserido no negócio jurídico.
2. Conforme já decidido por esta Corte, "não há falar em extensão dos efeitos da coisa julgada ao adquirente se o bem é adquirido por terceiro de boa-fé antes de configurada a litigiosidade" (AgInt no AREsp 1.293.353/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018).
3. Agravo interno desprovido (STJ, AgInt no AREsp n. 1.798.583/GO, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 14/3/2022, DJe de 18/3/2022.)

b) Ao terceiro que, no caso indicado, tivesse essa qualidade e desejasse opor embargos de terceiro, desconhecendo o processo possessório, o prazo de cinco dias deveria ser contado da data em que se efetivou a turbacão ou o esbulho da sua posse (GAJARDONI, Fernando da Fonseca *et al.* *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro, Forense, 2022, p. 982).

ESMESC

Assim também entende o STJ, ficando assentado pela jurisprudência da Corte que, *mutatis mutandis*, “(...) o possuidor com justo título tem direito de ajuizar embargos de terceiro para defesa de sua posse, tendo início o prazo com o efetivo ato de turbação. II - Tendo o terceiro possuidor tomado conhecimento da constrição quando do mandado de imissão na posse, desse dia conta o quinquídio previsto no art. 1.048, CPC” (REsp n. 345.997/RO, relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma).

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA PELO TERCEIRO EMBARGANTE DA CONSTRIÇÃO. ART. 1.048, CPC. PRECEDENTES. RECURSO DESACOLHIDO.

I - Na linha da jurisprudência desta Corte, o possuidor com justo título tem direito de ajuizar embargos de terceiro para defesa de sua posse, tendo início o prazo com o efetivo ato de turbação.

II - Tendo o terceiro possuidor tomado conhecimento da constrição quando do mandado de imissão na posse, desse dia conta o quinquídio previsto no art. 1.048, CPC. (REsp n. 345.997/RO, relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, julgado em 26/2/2002, DJ de 15/4/2002, p. 227.)

DIREITO

2. Maria procurou a polícia para relatar que foi vítima de lesões corporais praticadas pelo seu esposo, Luiz, e, ao ser ouvida pela autoridade policial, informou ter sido agredida com murros nas costas, puxões de cabelo e que teve o seu braço torcido ao ter manifestado o desejo de divórcio. Luiz, ao ser interrogado na esfera policial, informou que tudo ocorreu no calor dos fatos, mas que não tinha a intenção de agredir Maria. Na sequência, foi encaminhada para realização de exame de corpo de delito, cujo laudo apontou para a ocorrência de lesões corporais leves.

Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Luiz, pelo fato previsto no art. 129, § 13º, do Código Penal.

Antes mesmo de ter sido recebida a denúncia, o acusado, por seu procurador constituído, apresentou declaração da vítima, de próprio punho, na qual informa que deseja retratar a representação contra Luiz, tendo em vista que reataram a relação conjugal, que o perdoa e, ainda, que possuem duas filhas em comum. Pediu, assim, a designação da audiência do art. 16 da Lei n. 11.340/06, a fim de ser colhida, perante o juiz, a retratação da ofendida.

Com base no caso acima, responda justificadamente (em até 200 palavras, no todo):

(a) O juiz deve acolher o pedido formulado e designar a audiência pretendida?

(b) Independentemente da resposta ao item anterior, suponha que o feito tenha prosseguido e que, na audiência de instrução, a ofendida tenha modificado a sua versão para dizer que, na verdade, embora tenha ocorrido discussão entre o casal, as lesões decorreram de uma queda no dia dos fatos, bem ainda que o acusado, em seu interrogatório, tenha exercido o direito ao silêncio. Em tal situação, o juiz teria elementos para condenar o acusado Luiz?

Espelho de prova-RESPOSTA

(a)	O magistrado deve indeferir o pedido para designação da audiência prevista no art. 16 da Lei n. 11.340/06.	1,0
-----	--	-----

ESMESC

	Justificativa: Trata-se de crime de ação penal pública incondicionada (Súmula n. 542 STJ), contexto em que é irrelevante a reconciliação do casal e o desinteresse da vítima da persecução criminal.	1,5
	Sim.	0,5
(b)	Justificativa: A despeito de a vítima ter modificado a sua versão acerca dos fatos em razão de ter reatado a relação conjugal com o acusado, a nova versão está isolada e há nos autos o laudo de exame de corpo de delito a atestar as lesões corporais leves sofridas, o qual foi submetido a contraditório e corrobora a versão da vítima e do próprio acusado na esfera policial, os quais são elementos que, conjugados, afiguram-se suficientes a embasar a condenação do acusado. É preciso ter em conta, ademais, que no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, a alteração da versão é comum, a fim de não prejudicar o agressor ou por receio de represálias e, desse modo, deve ser vista com ressalvas, sobretudo quando destoam dos demais elementos autuados, como o exame de corpo de delito e as versões extrajudiciais.	1,5
	Uso adequado do vernáculo.	0,5
TOTAL		5,0

Fundamentos da questão:

(a)

I) AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DENÚNCIA. CRIMES PRATICADOS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. POSSÍVEL RETRATAÇÃO DA OFENDIDA. INDEFERIMENTO DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA ESPECIAL PREVISTA NO ART. 16 DA LEI MARIA DA PENHA. POSSIBILIDADE. IRRELEVÂNCIA DE EVENTUAL RETRATAÇÃO DA VÍTIMA PARA O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. SÚMULA N. 542 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Como é de conhecimento, a Súmula n. 542/STJ dispõe que: "a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada".

2. No caso, dentre os crimes imputados ao ora agravante está o delito de lesão corporal, sendo irrelevante, ainda que se trate de lesão corporal de natureza leve, posterior retratação da ofendida, razão pela qual não se mostra possível a realização da audiência prevista no art. 16 da Lei n. 11.340/2006, conforme foi consignado pelas instâncias ordinárias. Precedentes do STJ: (AgRg no HC 500.331/PE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe de 2/9/2019); (RHC 112.968/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em

ESMESC

25/6/2019, DJe de 2/8/2019); (AgRg no REsp n. 1.442.015/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 12/12/2014).

3. A reconciliação do casal e a ausência de vontade da vítima em ver o paciente processado não constituem óbice à persecução criminal, sob pena de desrespeito ao princípio da indisponibilidade da ação penal pública incondicionada, nos termos do enunciado n. 542 da Súmula desta Corte Superior (AgRg no HC 674.738/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 3/8/2021, DJe de 13/8/2021).

4. Agravo regimental improvido. (STJ, AgRg no HC n. 707.726/PA, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 13/12/2021, DJe de 16/12/2021.)

II) Enunciado n. 542 da Súmula do STJ: “A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.”

(b)

I) AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO COM BASE EM PROVA EXCLUSIVAMENTE INQUISITORIAL. INOCORRÊNCIA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL. DEPOIMENTO EM FASE POLICIAL. EXAME DE CORPO DE DELITO. VÍTIMA QUE REATOU RELACIONAMENTO COM AGRESSOR E PERMANECEU EM SILÊNCIO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. ACERVO PROBATÓRIO SUFICIENTE. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. VOLUNTARIEDADE RECURSAL. EMBARGOS INFRINGENTES NÃO INTERPOSTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a divergência a respeito da estratégia defensiva entre o novo advogado e seu predecessor na causa não inquina de nulidade a ação penal, ainda que se trate de hipótese de não interposição de recurso, em razão do princípio da voluntariedade recursal.

2. A época da audiência de instrução, a vítima não quis dar sua versão dos fatos pois já havia reatado o relacionamento com o acusado/paciente. Tratando-se de violência doméstica e familiar, é comum que não haja testemunhas do fato. Dentro desse cenário, o depoimento da vítima na fase inquisitiva e a prova pericial submetida à contraditório postergado se mostram suficientes para fundamentar a condenação.

3. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 558.613/RJ, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 13/10/2020, DJe de 20/10/2020.)

II) APELAÇÃO CRIMINAL (RÉU SOLTO). VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER. CRIME DE LESÃO CORPORAL (ART. 129, § 9º, DO CÓDIGO PENAL, NA FORMA DO ART. 7º, I, DA LEI 11.340/2006.). SENTENÇA PARCIALMENTE CONDENATÓRIA. (ABSOLUTÓRIA QUANTO AOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 213, CAPUT E 147, AMBOS DO CP). RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO, AO ARGUMENTO DE FRAGILIDADE PROBATÓRIA. VÍTIMA QUE DETALHOU A AGRESSÃO NA FASE POLICIAL E MODIFICOU A VERSÃO EM JUÍZO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. JUÍZO DE CONDENAÇÃO. Não há falar-se em insuficiência de provas quando existe substrato probatório bastante para demonstrar a violência física praticada contra a mulher. Na hipótese, a versão coerente da vítima, oferecida na fase indiciária, e a prova material dão conta do proceder delituoso do apelante. 2. NOVA VERSÃO APRESENTADA PELA VÍTIMA NA FASE JUDICIAL. A retratação da ofendida em Juízo é comum nos delitos de violência doméstica e deve ser vista com reservas, notadamente quando a nova versão mostra-se confusa,

ESMESC

contraditória e dissonante das provas dos autos, especialmente do Laudo Pericial, que aponta ofensa à integridade física, identificando as escoriações sofridas pela vítima. (TJSC, Apelação Criminal n. 0001134-21.2017.8.24.0035, de Ituporanga, rel. Júlio César M. Ferreira de Melo, Terceira Câmara Criminal, j. 16-07-2019).

Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis-SC, 88034-570, (48) 3231-3045

www.esmesc.com.br